

## **A DIMENSÃO DA QUALIDADE NA GESTÃO ESCOLAR DA REDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO: o discurso no Programa de Formação de Gestores Escolares.**

Iágrici de Lima Maranhão<sup>1</sup>

Luciana Rosa Marques<sup>2</sup>

### **RESUMO:**

Este estudo é uma fração de nossa pesquisa de Doutorado cujo objetivo é a compreensão da educação de Pernambuco, inserida na Política de Modernização da Gestão Pública adotada no estado, que institui as Metas para Educação. Buscamos compreender como este programa influencia na qualidade da educação através da ação dos gestores escolares. A análise aponta que apesar de o governo reconhecer no documento PMGPE/ME que a relação entre governo e escolas tem como princípio uma responsabilidade coletiva, seu papel se limita a estabelecer as metas, monitorar e acompanhar a “evolução” de cada escola.

**Palavras- Chaves: Qualidade; Educação; Programa de Modernização da Gestão Pública.**

### **Introdução**

Durante os últimos anos, tem estado presente nas políticas de governo, vários processos de reflexão acerca da qualidade da educação. Dessa forma, muitas respostas surgem em torno do questionamento sobre o que se entende por qualidade em educação? Algumas destas respostas possuem vieses semelhantes, assim como também divergentes tendo em vista os diversos grupos que transitam pela educação.

Percebida de várias formas, a definição da qualidade na área educacional, depende de maneira geral de questões concernentes às várias áreas e não apenas do que se relacione ao processo educacional. Entendendo que atualmente a educação não se

---

<sup>1</sup> Doutoranda e Mestre em Educação pela UFPE. Professora da Faculdade Anchieta do Recife e da Rede Municipal de Jaboatão dos Guararapes

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE.

restringe a atividade realizada no ambiente escolar e dessa forma ela passa a abarcar de maneira geral outras estruturas e processos.

e levando-se em conta que hoje a educação abarca de maneira geral várias estruturas e processos que vão para além do processo educacional.

Buscando uma definição mais formal que atenda ao conceito de qualidade, encontramos em alguns dicionários a qualidade com o significado de conjuntos de propriedades, atributos e condições inerentes a um objeto e que são capazes de distingui-lo de outros similares, classificando-o como igual, melhor ou pior; ou, então, como o atributo que permite aprovar, aceitar ou refutar o objeto com base em um padrão de referência<sup>3</sup>.

Assim, qualidade implica em uma idéia de comparação de forma que poderíamos dizer que um determinado objeto é bom, se suas características permitem afirmar que ele é melhor que outros quais não as possuem ou que não as possuem em igual grau. Este aspecto comparativo é realizado no processo educacional através do dimensionamento dos números levantados através dos índices educacionais. Entendemos que esta “comparação” estabelece/cria um ranking das instituições escolares e que esse ranking subsidia uma busca por tais instituições, mantendo as demais numa situação de relatividade com relação ao desenvolvimento das atividades pela equipe.

Uma educação de qualidade pode significar tanto aquela que possibilita o domínio eficaz dos conteúdos previstos nos planos curriculares, assim como aquela que possibilita a aquisição de uma cultura científica ou literária, ou a que desenvolve a máxima capacidade técnica para servir ao sistema produtivo; ou, ainda, aquela que promove o espírito crítico e fortalece o compromisso para transformar a realidade social, por exemplo. E em outra perspectiva, a expressão “qualidade educacional” vem sendo utilizada para referendar a eficiência, a eficácia, a efetividade e a relevância do setor educacional e suas influências na mudança de vida dos sujeitos alcançados.

Não apenas essa discussão volta-se para o processo educacional, mas aponta-nos para a discussão de um Estado que veio se estruturando em uma reforma baseada num modelo por resultados, que formule indicadores, metas e avaliação de desempenho, compreendendo que isso se constitui em um processo de mudanças da

---

<sup>3</sup> Dicionários Michaelis online; Priberam; Aurélio Online

instrumentalidade da ação do Estado, dos meios da governança, no manejo ou gerenciamento de seus recursos econômicos e sociais, na busca da eficiência e eficácia exigida do Estado. (BRESSER PEREIRA apud FALEIROS, 2004, p. 51).

Percebendo isso como um novo panorama do Estado, mas que não difere do que ocorre dentro da escola, entendemos que ao longo dos anos, utilizamos os vários conceitos de qualidade para expressar um juízo de valor ou mérito sobre algo, uma ação ou até mesmo, sobre alguém. Dessa forma, apresentar um entendimento mais preciso do que seja “qualidade em educação” é absolutamente necessário como base para orientar estudos sobre processos de avaliação da qualidade de objetos educacionais.

Sobre conceitos acerca da qualidade, podemos encontrar em Demo (2001) a qualidade formal e política<sup>4</sup>. No mesmo autor (DEMO, 1985) os estudos trazem a qualidade acadêmica, social e educativa. Sander (1982, 1995) apresenta os conceitos de eficiência, eficácia, efetividade e relevância. E por fim desta construção teórica, Scriven (1991) aponta conceitos de valor e mérito.

Neste trabalho, desejamos discutir sobre o discurso acerca da qualidade da educação do estado de Pernambuco, tendo em vista nos últimos anos ter-se instalado uma nova política gestora do Estado e conseqüentemente, da educação. O estudo versa sobre a qualidade da educação do estado de Pernambuco e a nova política na gestão escolar e o Programa de Modernização do Estado/ Metas para educação.

## **1. SITUANDO A CONVERSA: O PMGPE/ME E O NOVO PANORAMA DA EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO NO QUE CONCERNE À QUALIDADE.**

Embora tenhamos nos últimos anos, concentrado esforços nos estudos das políticas educacionais, as pesquisas mostram que a cada ano, surgem novas perspectivas em torno dos governos e de como estes vem desenvolvendo as promoções de políticas públicas em torno da educação e da qualidade desta. Este artigo apresenta uma fração da nossa pesquisa de Doutorado que volta-se para o entendimento de que Pernambuco, vem promovendo políticas educacionais tendo como objetivo, alcançar resultados

---

<sup>4</sup> Poderíamos definir estes dois tipos de qualidade como a formal sendo a desenvolvida no ambiente escolar e que propicia a materialização das técnicas e conhecimentos formais. Enquanto a política, poderíamos apontar como a que difunde a projeção de conhecimentos históricos mas que ainda estão presentes na sociedade (DEMO, 1995)

mediante o estabelecimento de metas. Tal processo se instaura nos oito anos de governo de Eduardo Campos (2007-2014), mas ainda permanece sendo elemento da atual gestão (Paulo Câmara \*2015-2018).

A prova de que esta política tem “rendido resultados significativos” decorre do efeito divulgado no último SAEB, quando Pernambuco assume uma posição de 4º lugar no ranking do IDEB (nacional), <sup>5</sup>subindo 12 posições alcançando estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Não obstante a política tenha produzido tais resultados, ainda sim, a nosso ver, tende a mascarar a discussão em torno da qualidade da educação, levando-se em conta que as avaliações externas (assim como o sistema de avaliação local – SAEPE) não aferem outros elementos tão importantes quanto o aprendizado de português e matemática.

Percebemos então que a discussão perpassa por diversas questões e elementos como o monitoramento em torno do cumprimento das metas, a bonificação pelos resultados positivos, a formação do gestor escolar<sup>6</sup>, de forma que com relação à qualidade social da educação vemos estabelecidos dados que não correspondem aos aspectos que a definem.

Voltando ao que poderíamos definir enquanto conceito de qualidade da educação, a UNESCO (2005) aponta no documento a *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas*, que a qualidade trata-se de “*encontrar um novo paradigma de vida, de vida sustentável, que possa renovar nossos sistemas de ensino e lhes dar sentido*”. Assim, podemos entender que no documento da UNESCO, o sentido de qualidade volta-se para um modelo que propicie as pessoas um aprendizado que as auxilie nas mudanças de vida e na transformação social. Sendo assim, compreendemos que diante do exposto pelo documento da UNESCO, a qualidade da educação referenda a promoção de uma educação que se volte para transformação de vidas e neste aspecto de forma emancipatória promover uma educação que contribua para uma formação que envolva questões que vão para além dos

---

<sup>5</sup> Este resultado vem apontando duas situações específicas, uma de que Pernambuco em relação às suas próprias metas vem crescendo e alcançando mais do que os exigidos, assim como Pernambuco fica ainda em posições abaixo das médias nacionais. Este dado em algum momento favorece nossa análise sobre que metas são estabelecidas no Estado e o que está sendo feito para alcançá-las de forma a materializar um resultado verídico.

<sup>6</sup> Nosso objeto de pesquisa no Doutorado está justamente na pessoa do Gestor escolar, tendo em vista que no PMGPE/ME este é um sujeito responsabilizado pelo fracasso ou sucesso da educação.

aspectos formais da educação. É importante salientar que este tipo de educação, irá se contrapor ao paradigma da qualidade total, entendendo que este não favorece, nem propicia a discussão de mudança proposta pela educação emancipadora.<sup>7</sup>

Em Pernambuco, a política de governo na área da educação baseia-se em um programa denominado “Programa de Modernização da Gestão Pública”, que tem como foco a melhoria dos indicadores dos serviços públicos, baseando-se na gestão por resultados. Em educação, esta política é caracterizada por uma “Responsabilização Educacional” e contempla informações sobre o Termo de Compromisso, o Bônus de Desempenho Educacional - BDE, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica em Pernambuco - IDEPE e o Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco – SAEPE (OLIVEIRA E VIEIRA, 2014)

Entendemos que fortemente, este discurso associando a qualidade ao processo de Modernização da gestão pública em busca de metas e resultados, origina um panorama de competição e de forma exacerbada o ranking das instituições, de forma que não se apresenta uma preocupação com a qualidade social, mas sim uma preocupação com uma qualidade voltada ao sentido gerencialista da educação, como veremos em seguida.

## **2. QUALIDADE TOTAL X QUALIDADE SOCIAL: O DISCURSO EM TORNO DA EDUCAÇÃO.**

Na perspectiva de que o conceito de qualidade admite diversos significados em múltiplos espaços e estando ele associado às subjetividades dos indivíduos que a utilizam em seus discursos, podemos fazer uso inicialmente a afirmação de Gracindo (1997) que aponta para uma dimensão múltipla da conceituação da palavra qualidade entendendo que este termo não é auto-explicativo, dependendo das pontuações de grupos ou sujeitos que dialogam sobre a temática.

É inerente a compreensão de que o termo qualidade se apresenta basicamente em duas vertentes antagônicas: uma, voltando-se para uma qualidade mercantil, baseada na

---

<sup>7</sup> Como propriamente apontamos no texto a educação emancipadora vai de encontro ao paradigma da qualidade total, à medida que este tem um caráter gerencialista. A nosso ver, este paradigma coaduna-se com a proposta do PMGPE/ME e assim não temos uma política voltada para o desenvolvimento social da educação, mas para a obtenção de resultados de forma que o Estado apresente para a população, as melhoras que vem ocorrendo na educação do Estado. Mesmo que essa “melhoria” não signifique de fato, qualidade.

lógica econômica e empresarial, que se referencia no “mercado” e outra, com sentido de qualidade socialmente referenciada, “cuja lógica tem como objetivo compreender a relevância social da construção dos conhecimentos e de valores, na escola” (GRACINDO, 1997 p. 14).

Estabelecer uma diferenciação entre esses dois tipos de concepção do termo qualidade parece ser essencial para fundamentarmos a discussão proposta por este estudo, na medida em que podemos encontrar várias indicações, de aspectos diferenciados, sob vários olhares da educação e que implicariam em distintas formas de gerir esse processo. Podemos ainda inferir sobre o fato de que muitos dos agentes envolvidos no processo que define o que é a qualidade da educação não são atores do processo educativo. Dessa forma é possível compreender a interferência de outras áreas e a diversidade de conceitos que se formulam a partir destes grupos.

Segundo Gentili (2010, p. 64), a qualidade com **sentido mercantil** é um discurso voltado para o utilitarismo o qual indica uma postura que nega o processo educativo emancipador para a maioria da sociedade. Entendemos que este viés é o que está mais próximo do então parâmetro de qualidade que vivenciamos hoje no Estado de Pernambuco, se compreendemos que nesse modelo, o *produto*<sup>8</sup> torna-se o aspecto mais relevante desta prática social, induzindo ao desenvolvimento de uma *gestão por resultados* e que em curto prazo, tornaria possível grandes avanços para o sucesso escolar. Logo, podemos compreender que relações entre qualidade e capital, acabam por ocasionar outros o viés de qualidade total, que através de parâmetros universais para atender aos critérios do mercado, acaba instituindo mais desigualdades.

O outro sentido se volta para qualidade referenciada no social, que diferente do anterior, tem sua base decorrente do desenvolvimento de relações sociais contextualizadas e sua gestão coopera para o fortalecimento da escola pública, construindo uma relação efetiva entre democratização e qualidade, tendo em vista a busca pela a emancipação dos sujeitos sociais. Compreendemos que que essa emancipação surge do aprendizado e irá delinear habilidades e atitudes que irão

---

<sup>8</sup> Produto, entendendo-se este como resultados obtidos. Ultimamente as discussões em torno das metas a serem alcançadas nos sistemas educacionais, levando-se em conta que não é uma especificidade de Pernambuco, mas uma característica do processo avaliativo da educação que vem crescendo a cada ano. Os gestores de todas as esferas têm se preocupado em atender os índices em detrimento do processo em como a educação vem ocorrendo de fato. O que a nosso ver, estabelece um parâmetro da qualidade voltada para a questão mercantil.

encaminhar a forma mediante a qual o indivíduo vai se relacionar com a sociedade, transformando sua realidade.

Relacionando este tipo de educação voltado para o desenvolvimento de aspectos sociais com a educação emancipadora, entendemos que não se pode assegurar um ou dois parâmetros que definam o que é uma boa ou uma má prática educativa. Sem levar em conta diversos aspectos que precisam fazer parte desse processo de mensuração, não aparecem no processo de avaliação. Dessa forma, entendemos que a busca por uma qualidade na educação que atenda aos parâmetros de metas/resultados, assim como aos elementos sociais, caminham juntas na perspectiva de promover uma educação justa, de forma que não há como dissociar a questão “quali” do aspecto “quanti”.

Sobre o conceito de qualidade total, encontramos um debate no estudo de Herédia (1997) um entendimento de que a qualidade total se constitui enquanto uma filosofia de administração. Assim, perceber a relação entre o conceito da qualidade total e da forma como ele foi amplamente difundido em nível mundial requer compreender como este conceito se materializa no ambiente escolar, influenciando a busca por um ensino justo para todos. Dessa forma, não há como negar que esse conceito da Qualidade total volta-se para o atendimento das demandas Neoliberais e perpetua-se em outros panoramas mais populistas, no sentido de que agora pretende-se utilizar este paradigma para apresentar resultados eficientes à população.

Xavier (1991, p. 10) aponta que a escola, dentro desse panorama de modificação da prestação de serviços públicos, assume um papel de cumprir as metas estabelecidas num processo de mobilização e responsabilização de todos os envolvidos na dinâmica da escola em prol do objetivo de atender a satisfação dos usuários, conforme também trata Longo (1996) ao apontar que o modelo de Gestão da Qualidade Total surge enquanto uma alternativa para a reorientação gerencial para as organizações.

O paradigma de Qualidade Total tem como pontos básicos o foco no cliente, o trabalho em equipe, decisões baseadas em dados obtidos com incisivo monitoramento, a busca constante pela solução, diminuição de problemas e erros (LONGO, 1996, 9). Neste sentido, entendemos que o direcionamento das políticas públicas em torno da educação para esse paradigma de qualidade, viabiliza a prestação de contas à população no sentido que em um período determinado, o Estado apresenta resultados específicos

de metas alcançadas. Para tanto, entendemos haver uma progressiva política que se cerca de elementos característicos de um ou outro determinado grupo político, ocasionando assim, diversas arenas em torno da educação e do que se entende como qualidade da mesma.

### 3. A POLÍTICA DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Diante de todo esse processo de discussão sobre os conceitos de qualidade e de como esta se consolida “no chão da escola”, entendemos que esta instituição vem assumindo um patamar de relevância para a ascensão social. A luta e exigência em torno da qualidade se originam dentro dos próprios movimentos sociais, ao passo que a sociedade civil apresenta cobranças mediante suas percepções sobre a educação e sua organização.

Nessa percepção de que a escola se constitui em uma organização que ensina e aprende (LIMA, 2002) e que no seio dessa instituição estão atores que “aprendem, se integram e buscam” a sustentação da autonomia, vão surgir os modelos de escolas denominados de “escolas eficazes”. Sobre esse panorama, o autor vai afirmar que elementos originam-se mediante as perspectivas do trabalho realizado por essas escolas, e indicarão um modelo de educação que num estilo *contábil*, o que ocasionará o surgimento de novos termos associados ao processo técnico – gestor, obsessão avaliativa e monitoramento dos dados para obtenção das metas, estão inspiradas no paradigma da qualidade total que Lima (2002) entenderá enquanto:

Uma definição objetiva e consensual dos objetivos, o predomínio das dimensões mensuráveis e comparativas, a perseguição da eficácia e da eficiência através dos recursos e metáforas produtivistas, a reatualização de concepções mecanicistas e instrumentais de organização escolar (LIMA, 2002 p.112)

Como apontamos inicialmente sobre o Programa de Modernização da Gestão em Pernambuco, considerando as metas para educação, o paradigma de Gestão da Qualidade Total (GQT) aparece enquanto um mecanismo de reorientação gerencial para as organizações, inclusive as públicas governamentais. Este novo paradigma tem como pontos básicos: foco no cliente; trabalho em equipe permeando toda a organização; decisões baseadas em fatos e dados; e a busca constante da solução de problemas e da diminuição de

erros (LONGO, 1996 p. 9). Não diferente de outras organizações, a escola tem voltado, nos últimos anos, seu olhar para o aluno como sujeito centro desse processo, tendo um atendimento voltado para uma prestação de serviço ao cliente, além da co-responsabilização de vários sujeitos, comprometendo os envolvidos em todo o processo de alcance das metas.

Sobre os outros vários elementos que devem fazer parte de uma avaliação sobre a qualidade, Longo (1996, p. 8) aponta atributos e dimensões básicas e que serão responsáveis por conferir as características específicas à qualidade total, dentre os quais poderíamos destacar o “Atendimento” e a “Ética”. Poderíamos falar sobre outros elementos, mas estes definem o caráter gerencialista das organizações nos últimos anos. O Atendimento é uma dimensão que associa local, prazo e quantidade, o que se volta para a prestação de serviços de excelência. A Ética que aponta para uma preocupação com as regras e códigos de conduta e valores. Compreendemos então, haver uma junção de aspectos gerenciais com aspectos do Paradigma de Qualidade Total, ou seja, uma dicotomia de elementos quantitativos e qualitativos que tendem a aparecer ainda mais contíguos nos novos modelos de organização escolar.

Dessa forma, nossa reflexão sobre esse panorama, visa compreender até que ponto a união de aspectos gerenciais e sociais de fato caminham em busca de promover uma educação de qualidade e justa para todos? Como essas políticas de metas e resultados saem do campo do discurso para se tornar práticas que de fato abarquem todos os sujeitos num processo inclusivo pela educação de qualidade? Veremos a seguir como o estabelecimento das metas e resultados transformam-se no parâmetro de qualidade.

#### **4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: O DISCURSO EM TORNO DA BUSCA POR RESULTADOS ENQUANTO PARÂMETRO DE QUALIDADE.**

Iniciaremos este ponto com um trecho do documento elaborado por especialistas do Ministério da Educação que aponta um aspecto interessante sobre como a maioria das pessoas percebe a qualidade do ensino. O trecho afirma que:

É muito comum a gente ouvir dizer que o ensino público no Brasil é de má qualidade. Mas o que é qualidade? Será que uma escola considerada de qualidade há cem anos ainda hoje seria vista assim? Será que uma escola boa para uma população que vive no interior da floresta amazônica é boa também para quem mora num centro urbano? (BRASIL, 2004)

Gonçalves (2011) coloca, assim como o documento do MEC, que há uma dificuldade na definição do que seria “qualidade da educação” tendo em vista os vários elementos que incidem sobre esta temática, de forma que existem aspectos políticos, econômicos, sociais, filosóficos e axiológicos, dentre outros que estão relacionados à subjetividade dos pontos de vista de quem discute o assunto.

Criando um panorama histórico sobre a questão da qualidade, podemos entender que a construção de inúmeras indagações sobre este aspecto da educação, não é algo recente e se constitui numa trajetória de reformas na busca por uma educação para todos, enquanto direito. Isso nos remete a entender a existência de não apenas um conceito sobre qualidade, mas de uma estrutura polissêmica à medida dependemos da perspectiva teórica e do projeto social em que os que estão inseridos, estão falando.

Assim, no entendimento de que a educação é fundamentalmente uma prática social presente na construção do projeto de sociedade (DOURADO, et al 2007) podemos afirmar que a educação escolar é responsável pela formação do sujeito, cumprindo o papel que lhe é designado nas políticas públicas e nas normativas ao passo que cada sistema define os princípios, as finalidades e as diretrizes. Portanto, diante de tantas questões em torno da educação faz-se relevante compreender a importância de refletir sobre os conceitos principais, assim como as definições e representações que embasam os estudos, as pesquisas, as práticas do cotidiano escolar e as políticas educativas.

Dessa forma, não podemos deixar de apontar a interferência de organismos multilaterais, como também historicamente, perceber de que maneira se situa a questão da qualidade em diferentes países, reconhecendo quais as políticas que surgem em torno dessa temática. No entanto, para além do aspecto macro desta discussão aparecem os elementos locais que são os sistemas e as escolas, enquanto espaço de regulação e de uma dinâmica pedagógica com a tarefa de tornar as expectativas postas nas normativas e nos processos regulatórios em uma escola de qualidade (DOURADO et al 2007, p. 4).

No mesmo estudo, Dourado et al (2007) apontam o surgimento de um debate mais recorrente em torno da qualidade, quando se materializa o “binômio descentralização e desconcentração” no sistema educacional brasileiro. Porém, num país com desigualdades acentuadas (as especificidades locais) e normas dos sistemas educacionais desarticuladas como pode-se instituir um parâmetro de avaliação comum para conferir essa qualidade?

Entendemos que para mensurar ou estabelecer um sentido de como avaliar a qualidade, tomando-a como um parâmetro da qualidade, precisamos levar em conta vários aspectos de maneira que nessa análise, não se prevaleça nenhum, conforme aponta Dourado et al. (2007, p. 7)

Tão importante quanto os aspectos objetivos são as características da gestão financeira, administrativa e pedagógica, os juízos de valor, as propriedades que explicitam a natureza do trabalho escolar, bem como a visão dos agentes escolares e da comunidade sobre o papel e as finalidades da escola e do trabalho nela desenvolvido. **Nessa direção, observa-se as múltiplas dimensões que envolvem o conceito de qualidade, o que nos remete à busca de compreensão dos elementos objetivos e subjetivos que se colocam no interior da vida escolar e na percepção dos diferentes sujeitos sobre a organização da escola. Estes elementos dizem respeito, em geral, aos aspectos envolvidos na compreensão e construção de uma escola de qualidade ou escola eficaz (DOURADO, et al. 2007 p. 7)**

É relevante que nos processos utilizados para mensurar os aspectos que tornam uma determinada prática educativa de qualidade ou não estejam também dimensões que envolvem questões mais subjetivas relacionadas aos próprios atores que tornam possível a atividade educativa. Para além das questões estruturais, de insumo, de caráter financeiro, entre outros aspectos que possam estar relacionados à qualidade, compreendemos ser importante este olhar sobre as ações que partem dos sujeitos em medida de cumprimento das metas para obtenção dos resultados.

De fato, as diversidades que compõem o contexto brasileiro, assim como as alterações causadas pelas demandas e exigências sociais, propiciam o surgimento de vários tratamentos no que concerne uma Educação de Qualidade. Esses tratamentos na maioria dos estudos apontam que a maior representação sobre a qualidade volta-se para

a questão dos *insumos*, percebendo-os como elementos necessários ao processo de ensino-aprendizagem (DOURADO et al, 2007 p. 6).

A este respeito, o Boletim da UNESCO (2005, p.12) apresenta como um aspecto a ser avaliado enquanto parâmetro de qualidade, a relação *insumos-processos-resultados*, levando-se em conta que a medição da Qualidade da educação **será definida** envolvendo a relação recursos materiais e humanos, como também será necessário envolver outros dados como os processos ensino **aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação à aprendizagem das crianças etc. e ainda pelos resultados obtidos através do desempenho dos alunos.**

O documento acima, nos aponta os outros aspectos trazidos por nós anteriormente e que precisam ser levados em conta na medição do processo de qualidade de uma escola. Ou seja, não podemos afirmar a qualidade de uma instituição apenas por um mecanismo de avaliação que tem como finalidade averiguar o processo de ensino-aprendizagem de duas disciplinas. É relevante que o processo de avaliação caminhe para além dos elementos relacionados ao conhecimento de algumas áreas do conhecimento.

Nessa perspectiva de conceituação da qualidade da educação, notamos que a diversidade existente no país ocasiona a necessidade do estabelecimento de dimensões e fatores, que tornem possível a referência analítica de forma que poderemos falar em **“qualidades” da educação**, levando-se em conta o projeto de Estado. Percebendo que tais reflexões se situam quanto aos elementos dos contextos sociais vigentes e dessa maneira escolhermos o momento atual como parâmetro de análise, estaremos ponderando um contexto de reformas onde a educação passa a ser vista como direito social, que necessita ser garantido (GRACINDO, 1997 p. 14).

É possível compreendermos que o arcabouço legal se materializa em torno da importância do acesso aos anos iniciais do ensino aos sujeitos desprovidos das oportunidades e caracteriza isso como qualidade, criando o binômio por nós já colocado qualidade-quantidade. Dessa forma, constatamos que ambos os discursos sobre qualidade (seja o total ou o social) apresentam problemáticas no que tange ainda sobre o entendimento do que de fato seria essa qualidade da educação.

Nosso estudo, em Pernambuco, tem caminhado com a finalidade específica de compreender o processo de qualidade não mais no que se refere ao acesso, já que hoje se tem outros entendimentos sobre o que é necessário para se ter uma escola de qualidade. Contudo, os elementos que atualmente estão no centro dessa discussão no Estado, tem construído um panorama de forma a estabelecer algumas problemáticas para a educação.

## **5. O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DE PERNAMBUCO/METAS PARA EDUCAÇÃO: COMO ENTENDE-SE A QUALIDADE NO ESTADO.**

Ao assumir a proposta de modernização da gestão, o governo do Estado de Pernambuco, busca apontar falhas nos modelos anteriores afirmando que estes não traziam de fato “a modernidade para a gestão pública” de forma que a ideia de “modernização” aparece como algo novo, que promoverá a mudança necessária para o crescimento do Estado. Assim, percebe-se que a educação aparece como “centro” do PMGPE, ao passo que ela promove o desenvolvimento da economia do Estado (PERNAMBUCO, 2008)

O documento do PMGPE deixa claro o caráter empresarial que a educação irá assumir no que concerne à modernização. Nas palavras do Secretário de Educação, é perceptível a intenção gerencial, inclusive porque a mesma volta suas ações para um trabalho que objetiva o alcance de metas e resultados, sendo posto um “incentivo” que envolve avaliação (ranking) e um bônus por desempenho.

Percebemos que isto se aproxima do caráter de regulação como papel do Estado (BALL, 2005) ao ponto de que essa característica do processo avaliativo ocorre mediante o monitoramento das ações desenvolvidas, buscando o controle e a organização das ações que se materializam para o alcance dos resultados, conforme vemos na fala do próprio secretário sobre,

Esse princípio do Programa de Modernização da Gestão Pública é o meio mais eficaz para o Estado alcançar os objetivos desejados, definindo para cada escola metas para serem cumpridas de forma que a unidade **evolua** em relação a ela mesma. (Danilo Cabral – PMGPE/ME 2008)

É possível encontrar na fala do secretário termos que nos remetem ao paradigma da qualidade com o viés gerencialista, voltado para o estabelecimento de um contexto educacional preocupado em apresentar para a sociedade os resultados obtidos como a “evolução”, o melhoramento da educação. Compreendemos que o termo “evolua” nos aporta a ideia de que as metas alcançadas e os resultados apresentados, são os mecanismos para se mostrar que o Programa de Modernização tem obtido o sucesso esperado e conseqüentemente, a educação do Estado tem atingido a cada ano, as melhores posições no ranking do país.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreender e analisar a atual conjuntura da educação do Estado de Pernambuco tem representado um grande desafio para muitos estudantes dos Programas de Pós – Graduação, não apenas do Estado, mas de todo o país, considerando o fato de que nossa política educacional tem se tornado referência nos últimos anos.

Apesar de compreendermos que os dados das várias avaliações pela qual o Estado passa, sejam estas externas ou as locais, expressam uma melhoria significativa no que concerne à educação, nossos estudos apontam como podemos estar percebendo lacunas em todo o processo da obtenção dos dados. Os nossos elementos para tal análise, originam-se no próprio processo do Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para Educação, quando as próprias metas estabelecidas pelo governo para as escolas, estão longe das realidades de cada instituição.

Podemos ainda inferir sobre o ranking que é criado com a disposição dos resultados das escolas, assim como a “premiação” das instituições através do Bônus Educacional. Este processo de monitoramento aponta para uma “aproximação” do Estado com as escolas. Contudo, este monitoramento incide sobre uma cobrança pelo alcance dos resultados o qual entendemos ser prejudicial ao passo que as escolas não vislumbram nenhuma outra questão para além de atingir as metas para serem contempladas com o Bônus.

O fato de que as escolas, juntamente com todos os atores que a compõe, vivenciam os dias e a dinâmica escolar, mediante a necessidade de fornecer um

feedback para o governo no alcance das metas. Apesar de o governo reconhecer no documento PMGPE/ME, que essa relação, entre governo e escolas, tem como princípio ser uma responsabilidade coletiva, numa via de mão-dupla, entendemos que a disposição em auxiliar as instituições de ensino na tarefa de apresentar significativos resultados, decorre apenas de um Estado que compreende estar desempenhando seu papel ao estabelecer as metas, monitorar e acompanhar a “evolução” de cada uma, entre outros aspectos, se levarmos em conta a **Responsabilização** dos gestores pelo não alcance das metas.

O estudo da política educacional em Pernambuco aporta-nos para uma reflexão sobre os rumos que a política e a discussão em torno da qualidade tomam nos últimos anos. Assim, nosso estudo permanece em andamento, tendo como próximo caminho, investigar a política de formação dos gestores das escolas da rede estadual e como esta capacitação incide sobre a qualidade, tendo como parâmetros as metas estabelecidas no PMGPE.

## **REFERÊNCIAS.**

BALL, Sthepen J. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade**. Cadernos de Pesquisa. V. 35, nº 126, p. 539-564, set/dez, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. **Indicadores de Qualidade na Educação/Ação Educativa**. UNICEF, PNUD, Inep/MEC (coordenadores). – São Paulo: Ação Educativa, 2004.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Série Documental : Textos para Discussão, Brasília, DF , v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007

GENTILI, P e SILVA, T **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 93-110.

GONÇALVES, Yara Pires. **Qualidade Oficial... Indicadores do MEC. Qualidade em Educação**. Camila Lima Coimbra...[et al.] (organizadores) 1.ed. – Curitiba, PR: CVR 2011. 156p. (Currículo: Questões Atuais)

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Estado, sociedade e gestão da educação: novas prioridades, novas palavras de ordem e novos velhos problemas**. RBPAE, v.13, n. 1, Jan/Jun. 1997.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. **Dilemas da globalização. In: Qualidade em educação: um debate necessário.** Passo Fundo: Universidade Educação Básica, 1997. Série Interinstitucional.

LIMA, L. Modernização, racionalização e otimização: perspectivas neotayloristas na organização e administração da educação. In: LIMA, L; AFONSO, A. **Reformas da educação pública: democratização, modernização, neoliberalismo.** Porto: Afrontamento, 2002.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital.** Antônio César Amaru Maximiano. 7ª Ed. São Paulo, Atlas 2012.

OIVEIRA, Dalila Andrade. VIEIRA, Lívia Fraga. **Trabalho na educação básica em Pernambuco.** Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco ; prefácio Heleno Araújo Filho. – Camaragibe, PE : CCS Gráfica e Editora, 2014. 152p.

PERNAMBUCO, Programa de Modernização da Gestão Pública. Metas para a educação. 2008. Disponível em [www.educacao.pe.gov.br](http://www.educacao.pe.gov.br). Acesso em: Jan, 2015

UNESCO. Cumbre de las Américas. Alcanzando las metas educativas: Informe Regional. Proyecto Regional de Indicadores Educativos, Santiago de Chile, agosto de 2003. Disponível em: Acesso em: 10 maio 2005.

XAVIER, A.C. da R. *Uma agenda para a melhoria da gestão da qualidade na educação brasileira.* — Brasília: IPEA, 1995 (RIIPEA/DPS, n.4/95)